

“Na roça, tudo era bem mais saudável”: reflexões acerca dos efeitos na alimentação de famílias atingidas pelo desastre no rio Doce, em Mariana/MG

Maryellen Milena de Lima

Programa de Pós-graduação em Sociologia na UFMG
Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG)
Bolsista na modalidade PAPG - SOCIOLOGIA (Doutorado)

Introdução

Em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015¹, os moradores da comunidade rural de Paracatu de Baixo sofreram deslocamento compulsório e ao longo dos anos vivenciam uma *vida provisória* (Lima, 2018;2022) no centro urbano de Mariana/MG. O termo “provisório” não parece mais adequado na medida em que após nove anos a vida no centro urbano tem caráter permanente e a incerteza perdura. Nesse sentido, as experiências diárias e narrativas dos atingidos evidenciam a permanência do desastre vivido cotidianamente. Trata-se de um fenômeno processual e não é possível delimitar o tempo de duração, o que representa uma crise crônica (Oliver-Smith, 1999). São múltiplos os efeitos provocados pela desterritorialização repentina e, ao longo dos nove anos, estão ocorrendo intensas mudanças sociais. Dentre essas mudanças, estão as alterações dos hábitos alimentares e rupturas das relações sociais que perpassam também pela economia camponesa do “*produzir para viver e alimentar*” (Sabourin, 2017, p. 3). As pesquisas desenvolvidas no campo socioantropológico evidenciam que a comida está muito além da vitalidade, “*a comida é mais que apenas alimento*” (Woortmann, 1986), mas ela percorre por caminhos da cultura, tradição, reciprocidade, identidade e memória.

¹ No dia 05 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, estrutura de propriedade da empresa Samarco Mineração S.A., cujo capital é controlado pelas corporações Vale S.A e BHP Billiton Brasil Ltda. A ruptura provocou diversos efeitos socioambientais, dentre eles a destruição das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Mais de 500 famílias foram submetidas ao deslocamento compulsório em função da destruição de suas moradias e das estruturas comunitárias.

No território de Paracatu de Baixo, os moradores desenvolviam práticas da agricultura familiar e a partir das dinâmicas de troca e reciprocidade do que cada família produzia em seu quintal (frutas, legumes e verduras) eram reforçadas as relações de sociabilidade do grupo. Desde novembro de 2015, a vida temporária em Mariana acarretou a destruição da organização social que o grupo desenvolvia em seu território e, atualmente, os circuitos de produção e alimentação são majoritariamente atravessados pelas dinâmicas mercantis, via aquisição dos produtos no centro urbano de Mariana. Em 2015, através de uma Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), foi garantido às famílias que sofreram deslocamento compulsório em Mariana o custeio de casas alugadas, auxílio financeiro relativo composto por um salário-mínimo, mais 20% por dependente e fornecimento de uma cesta básica. Nesse ínterim, as famílias experimentam a regulação da alimentação a partir do recurso financeiro e isto tem efeitos diretos no acesso aos alimentos. Além disso, a desconfiança quanto à procedência dos alimentos comprados é algo recorrentemente pontuado pelos moradores.

A *vivência do desastre* (Valencio, 2009) é experimentada por este grupo por meio do deslocamento compulsório. O reassentamento era visto, por vezes, como a possibilidade do retorno aos modos de vida, o que possibilitaria a segurança alimentar, que envolve a autonomia de produzir o alimento da família, de forma mais saudável e alicerçada nas relações socioeconômicas do grupo. No entanto, a expectativa dos atingidos acerca do retorno dos modos de vida foi completamente frustrada na medida em que o reassentamento foi construído de maneira que as bases para a reprodução social das famílias foram efetivamente desconsideradas. Nesse sentido, o terreno que as famílias estão sendo realocadas não oferece água bruta², nem mesmo qualidade do solo e espaços mínimos para a produção de cultivos e criação de animais, além da disputa em torno da construção do fogão à lenha. Esse cenário se contrasta com as condições vivenciadas no território de origem, onde todas as famílias possuíam quintais e pomares provedores de alimentos e água bruta em abundância de quantidade, qualidade e variedade.

² Água bruta é utilizada de forma coletiva e é provida diretamente do rio, das nascentes e dos córregos.

Nesse contexto, a proposta do artigo é refletir acerca da transformação da alimentação das famílias da comunidade de Paracatu de Baixo durante a experiência de deslocamento compulsório e as incertezas quanto à segurança alimentar no reassentamento que está sendo construído de forma que não possibilita o retorno dos modos de vida da comunidade. Para isso, o texto foi dividido em três seções. A primeira seção busca trazer as práticas sociais de produção e consumo do alimento no território de origem. A segunda seção abordará os efeitos provocados pelo desastre na alimentação do grupo no contexto da *vida provisória* no centro urbano de Mariana. Pretende-se refletir, na terceira seção, as incertezas quanto à vida no “*novo Paracatu*”³ e as implicações no que tange a segurança alimentar das famílias.

Caminhos metodológicos

As considerações aqui compartilhadas foram possíveis devido à interação com o caso desde 2016, no âmbito da pesquisa associada à extensão universitária⁴ junto ao Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG). É importante destacar que o interesse da pesquisadora em centrar na temática relativa à alimentação, no contexto de deslocamento compulsório dos atingidos de Paracatu de Baixo, partiu das reflexões tecidas ao longo da disciplina de *Sociologia da Alimentação*, cursada no mestrado, em 2021.

Para compor as análises desenvolvidas neste trabalho, foram acionados documentos produzidos pelas instituições envolvidas no caso, além de reportagens publicadas em mídia eletrônica. Além disso, a observação participante em espaços de reuniões faz parte da metodologia adotada, pois é uma das maneiras principais dos pesquisadores realizarem as observações em campo (Dawson, 2002). Além disso, também foram acionadas entrevistas realizadas com moradores de Paracatu de Baixo.

O trabalho de *Cartografia Comunitária*, desenvolvido junto ao GESTA e moradores da comunidade de Paracatu de Baixo, em 2017, foi fundamental para a compreensão do modo de

³ Em abril de 2023, a comunidade de Paracatu de Baixo votou por um novo nome para o reassentamento. "Paracatu" foi o nome escolhido na assembleia de nomeação do reassentamento coletivo, ruas e bens públicos. Portanto, o nome do novo lugar será apenas *Paracatu*.

⁴ Agradeço o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento das pesquisas e bolsas.

vida que florescia no território de origem e as transformações na alimentação do grupo. Nesse sentido, a cartografia comunitária⁵ de Paracatu de Baixo foi uma fonte importante para o desenvolvimento das reflexões contidas neste trabalho.

***“Quando a gente morava lá”*: práticas sociais de produção e consumo de alimentos em Paracatu de Baixo**

Localizada às margens do Rio Gualaxo do Norte, Paracatu de Baixo faz parte da área rural do município de Mariana/MG e é subdistrito de Monsenhor Horta. As atividades da agricultura familiar eram predominantes na localidade. Boa parte dos terrenos familiares era composta por casa, quintal, horta e, em alguns casos, também a porção de roça. Nesses espaços diversificados e interligados, os núcleos familiares organizavam a sua produção, conforme a disponibilidade dos recursos, tendo em vista o tamanho do sítio. Relembrando o espaço familiar a partir da representação de um croqui, elaborado durante a oficina de cartografia social, J. e sua filha expõem a interligação desses espaços e dinâmicas desenvolvidas:

Aqui é entrada, aqui tem a porteira, o pé de goiaba, o pé de jaboticaba e os dois coqueiros que tinha perto da porteira. Aqui já é a casa, falando onde é a cozinha, os quartos. Tem o paiol, tem o banquinho onde a gente sentava perto do pé de jaboticaba, tem a coberta de lenha, o galinheiro, em cima era de galinha e embaixo era dos patos que pai fez. Aqui era o chiqueiro que era dois em um. Aqui é a garagem, aqui onde colocava as ferramentas e aqui onde tirava leite. Aqui é a horta, e aqui no fundo era onde ficava o plantio. Tinha canavial, pé de abacate, manga, esses trems. Essa horta era da minha mãe, tinha mandioca, o repolho, o pé de limão que tinha lá, pé de manga, carambola, pimenta, aqui azedinha, a cenoura, beterraba, alface, cebolinha, salsinha, quiabo, tomate e couve, e aqui tinha um pé de chuchu. (fevereiro de 2017).

A articulação dos diferentes espaços possibilitava a garantia da manutenção das despesas da família, mas o provimento não se restringia à subsistência. No sítio de J., por exemplo, a produção de ovos e leite que ultrapassava o consumo familiar era vendida e/ou cedida para os vizinhos. *“a gente fazia um queijinho quando tinha mais quantidade de leite. Quando não tinha muito leite, também era só pra despesa. Quando aumentava bastante, a gente vendia, fazia um queijo, dava pros amigos, aí era assim”* (abril de 2017). Segundo Sabourin

⁵ [CARTOGRAFIA COMUNITÁRIA DE PARACATU DE BAIXO – Múltiplos danos do rompimentoda barragem de Fundão, Mariana, Minas Gerais](#). Acessado em: 15/11/2024.

(2017) a base da economia camponesa é o “*produzir para viver*”, porém associar a noção de segurança alimentar ao termo campesinato implica pensar que as famílias camponesas produzem para além do núcleo familiar, afinal, produzem também para redistribuir ou para a comercialização. Acionando a teoria da reciprocidade, esse mesmo autor acentua que:

A teoria da reciprocidade tem contribuído para interpretar as dinâmicas da agricultura familiar e das comunidades tradicionais em termos de *sistemas socioeconômicos mistos*, quer dizer, sistemas mistos para qualificar situações e estruturas que associam práticas de troca mercantil e práticas de reciprocidade (p. 12).

As dinâmicas de troca e reciprocidade do que cada família produzia em seu quintal reforçava as relações de parentesco e vizinhança da comunidade: “*Plantava horta, se eu tinha chuchu e minha vizinha não tinha, eu trocava com ela em alface (...). Todo mundo era perto um do outro.*” (Sra. Al., abril de 2017). A dinâmica da troca se fazia presente também nas interações com moradores de outras localidades, como da própria sede de Mariana.

Vinha gente de Mariana buscar aqui. Vinha pra comprar, mas eu não vendia não. Mas eles davam as coisas pra mim, sabe? [...] Mas quem mais buscava verdura aqui era Adriana. Que ela tinha uma feirinha, né? Aí eu falava: “Ô Adriana, pode levar, boba”. Mas ela trazia as coisas pra mim. O que eu não tinha aqui, ela trazia. Ela trazia pão, refrigerante, linguiça, salame, que ela trazia, batata, abóbora, trazia pra mim (Senhora C, mulher atingida de Paracatu de Baixo, abril de 2017).

As comunidades tradicionais possuem cultura própria e forma singular de ser, fazer e viver territorializados. Segundo Almeida (1989), as diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais envolvem atividades produtivas diversas: extrativismo, agricultura, pesca e pecuária. Os hábitos alimentares dessas populações estão atrelados aos recursos providos pelo território, além de dimensões da cultura que envolve princípios da reciprocidade e da comensalidade (Woortmann, 1986). Segundo Woortmann (1986): “Qualquer cultura discrimina, dentro do universo de alimentos possíveis em cada ecossistema, o que se deve e o que não se deve comer para cada tipo de pessoa e para cada estágio de seu ciclo de vida ou estado de seu organismo” (p. 2). Além disso, o autor analisa que os hábitos e classificações alimentares também fixam *identidades sociais*.

O processo de conformação da comunidade de Paracatu de Baixo foi às margens do Rio Gualaxo do Norte e é um território cercado pela vegetação da Mata Atlântica, o que possibilitava os usos de recursos ambientais disponíveis, como o solo (para o plantio), a lenha

(para ser usada no fogão à lenha), o bambu (usado para fazer as cercas das hortas e quintais) e as águas (para abastecimento humano, usos tradicionais envolvendo os plantios, pesca e as criações, além do lazer no rio e na cachoeira). Portanto, um conjunto de elementos compunha o sistema agrícola tradicional (SAT) desta comunidade. Além dos aspectos ambientais, os aspectos socioculturais (saberes, práticas de manejo de solo e outros) também faziam parte desse SAT singular.

Em seu trabalho sobre as comunidades vazanteiras de Pau Preto/MG, Dayrell (2019) sinaliza que “em diversas comunidades tradicionais, os saberes ecológicos e as práticas tradicionais são passadas de geração em geração por meio da oralidade” (p. 158). Paracatu de Baixo não é diferente do que foi apontado pelo autor, exemplo disso é o famoso pastel da Dona Laura. Havia no território bares de moradores locais que compunham os “lugares de sociabilidade e de memória” da comunidade, e dentre eles estava o Bar do Jairinho, onde era vendido o famoso pastel. Dona Laura⁶ nasceu em Paracatu de Baixo, tinha aproximadamente 83 anos e mais de 50 anos foram dedicados a fazer aquilo que deu origem à sua fama na comunidade: o pastel (Jornal A Sirene, abril de 2018). Depois do rompimento da barragem de Fundão, Dona Laura precisou se mudar para o distrito de Padre Viegas, em Mariana, com o filho e a neta. A neta de Dona Laura tornou-se sua sucessora e dá continuidade à tradição da receita da avó (Jornal A Sirene, 2018). Na oficina de produção dos croquis de Paracatu de Baixo, ocorrida no dia 18 de fevereiro de 2017, uma moradora relatou que a maioria das pessoas da comunidade costumava se encontrar no Bar do Jairinho para se deliciar com o famoso pastel da Dona Laura e após o rompimento da barragem, algumas pessoas continuaram indo buscar o pastel na localidade para a qual ela foi transferida.

Ademais, é preciso considerar as relações entre comensalidade e religiosidade. Paracatu de Baixo possui um ciclo de festas e celebrações religiosas que acompanha um calendário próprio. “(...) *a gente sempre se encontrava, pra missa ou então pra festas, a comunidade sempre foi muito festeira.*” (Sra. A., fevereiro de 2017). E tais celebrações e festas tradicionais evidenciam o vínculo com as outras comunidades do entorno: Paracatu de Cima, Águas Claras,

⁶ Dona Laura faleceu em 2018, mais uma vítima que não é contabilizada entre os mortos desse desastre. Segundo a neta, após novembro de 2015, a avó foi se entregando para a tristeza.

Cláudio Manoel, Pedras, Monsenhor Horta, entre outras. Por exemplo, a celebração ao santo padroeiro (Santo Antônio) e a Folia de Reis, além da carreata de Nossa Senhora Aparecida percorriam os diversos distritos próximos. Nessa dinâmica, era comum o preparo das comidas típicas nas festas religiosas em formato semelhante ao que Sabourin (2017) identifica como sendo mutirão, prática associada à festa que motiva a ajuda recíproca mútua. Os alimentos eram doados pelos moradores e os preparos no dia do festejo eram realizados pelas mulheres da comunidade.

Os alimentos produzidos pelos lavradores de Paracatu, em circunstância de trabalho como meeiros nas fazendas e sítios do entorno eram guardados para o consumo da família e o que sobrava era destinado à venda. Normalmente eram realizados trabalhos de plantio e colheita nas roças de milho, feijão, arroz, cana, além dos cultivos de hortas e colheita anual de café em uma fazenda próxima ao distrito de Furquim, em Mariana. No evento intitulado *A Renovação do Desastre*, em julho de 2021, L. relatou:

a propriedade era dos outros, então ele [morador de Paracatu de Baixo] era meeiro, então a metade era do dono do terreno, a outra metade era dele e parte da colheita, ou vendia uma parte, um tanto era para guardar no paiol para aproveitar o ano, porque não se comprava, o que sobrava conseguia vender e ainda tinha as pessoas que trabalhavam com ele recebiam o dinheiro. Então, em Paracatu isso era comum demais da conta com todo mundo.

Portanto, percebe-se que a organização social do grupo no território de Paracatu de Baixo possibilitava o acesso a uma variedade de alimentos. O *plantar, colher e comer* (Brandão, 1981) faziam parte das práticas e relações de sociabilidade do grupo. Não se trata de um grupo homogêneo, a estratificação social estava presente, porém o modo de vida na comunidade possibilitava a segurança alimentar dos moradores.

A transformação da alimentação e o acesso aos alimentos

Em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, as famílias da zona rural que sofreram deslocamento compulsório foram morar temporariamente no centro urbano de Mariana. O desastre não se limita ao dia do evento catastrófico, mas se perpetua na vida das pessoas atingidas durante o processo duradouro de reparação dos danos. Os efeitos provocados pela desterritorialização dos grupos afetados são diversos, dentre eles, as mudanças na

alimentação. Conforme destacado na primeira seção, os moradores de Paracatu de Baixo viviam na zona rural de Mariana e possuíam um modo de vida específico que permitia o acesso à diversidade de alimentos. Porém, com o deslocamento para o centro urbano, os atingidos relatam a falta de uma alimentação variada, rica em nutrientes e livre de agrotóxicos (Jornal A Sirene, maio de 2021).

A variedade das comidas foi afetada. Por exemplo, a gente tinha plantação de milho, que a gente mesmo consumia o fubá que a gente fazia, a merenda que era feita com broa, o angu que você mexia. A alimentação mudou completamente. Eu bato muito na tecla: a gente tinha uma vida saudável e hoje a gente consome muito mais química. A gente compra um tomate aqui e percebe que o gosto é bem diferente daquele que a gente comia. Em relação à alimentação, foi uma coisa que mudou muito. Veio o rompimento, já ficou ruim. Veio a pandemia⁷, ficou pior. (S., mulher atingida de Paracatu de Baixo. Jornal A Sirene, maio de 2021).

A partir do depoimento de S. podemos perceber que além da diminuição da variedade das comidas, houve também a perda da autonomia em produzir o alimento, com isso se fez necessário substituir os alimentos diretamente produzidos pelos industrializados, à exemplo do fubá. Em sua pesquisa sobre a percepção dos moradores de Porto Alegre, em relação aos alimentos transgênicos e industrializados, Renata Menasche (2004) destaca a desconfiança e ansiedade dos moradores em relação à comida moderna. *A percepção à mesa* desses moradores estudados pela autora os leva a acionarem estratégias para minimizar a insegurança alimentar a partir das distinções do seu cotidiano entre o sujo e o limpo. Com isso, a presença do desconhecido representa sujeira e para amenizar essa situação insegura, os moradores relataram estratégias de limpeza dos produtos vindos do supermercado. São contextos distintos, mas a pesquisa da autora contribui para reflexões acerca das percepções dos moradores de Paracatu de Baixo em relação à comida da cidade. A insegurança alimentar é percebida por eles através da desconfiança da procedência dos alimentos, além do fato de terem experimentado no cotidiano passado o sabor dos cultivos das hortas e pomares livres de agrotóxicos, o que os levam a enfatizarem a diferença entre os sabores dos alimentos. Conforme expressado por S.: *“A gente compra um tomate aqui e percebe que o gosto é bem diferente daquele que a gente*

⁷ Pandemia do COVID 19, iniciada no Brasil em março de 2020.

comia”. Dessa forma, a análise transcorre também pelo sabor dos alimentos, considerado mais gostoso e saudável.

Além disso, a valorização do natural, que vem da roça e da autonomia da produção, foi utilizada como crítica ao alimento que leva insumos desconhecidos. A vida na roça é vista como sendo mais saudável, os alimentos eram cultivados sem a utilização de produtos químicos. Menasche (2004) traz em seu trabalho que a desconfiança dos sujeitos da sua pesquisa frente aos alimentos modernos faz com o que o natural, assim como o rural, seja identificado como alimentos autênticos. Nesse sentido, em entrevista realizada em agosto de 2022, Ax. expressou que “*lá eu tinha vida saudável, comia coisas mais saudáveis, até mesmo o ambiente era mais saudável. Aqui [centro de Mariana], aah, muito sorvete, muito sanduíche, muita pizza, coisa que lá não tinha tanto acesso*” (mulher atingida de Paracatu).

As relações sociais mediadas pelos alimentos também foram interrompidas pelo desastre. Conforme destacado por Menasche (2004), o ato de se alimentar não se baseia apenas nas necessidades nutricionais, mas também implica *valorização simbólica*. Nesse sentido, no evento “A Renovação do Desastre”, L. relatou sobre o *sistema formiguinha* que era realizado a partir da visita de parentes que viviam na cidade.

A gente falava que era *sistema de formiguinha*, que ia na horta tinha couve, tinha verdura, tinha fruta, então você fazia o seu pacote e ia nos vizinhos também, às vezes, era bolo, era broa, era doce. Então, você voltava abastecido para a cidade. Ia para a empresa trabalhar e lá já tinha o alimento. Então, chegava em casa e aquilo ali, você gastava pouco. Hoje não, os pais como estão aqui na cidade, os filhos vão para casa. [...] Então, além dele [os pais] não ter mais essa fartura, de qualidade, porque a comida da horta era saudável, não tinha agrotóxico. Então, compra sim em Mariana, muito caro, a despesa aumentou demais da conta também (...). A renda familiar ficou num preço muito, muito alto. (L., mulher atingida de Paracatu de Baixo, evento A renovação do desastre, julho de 2021).

Ao analisar os hábitos alimentares a partir da família enquanto construção simbólica, Woortmann (1986) afirma que o comer nos permite entender diferentes dimensões da cultura. O autor também analisa que a comida ultrapassa a materialidade, pois fala da família, do corpo e das relações sociais. Portanto, afirma o autor:

Não convidamos pessoas para jantar em nossa casa a fim de alimentá-las enquanto corpos biológicos, mas para “alimentar” e reproduzir relações sociais, isto é, para reproduzir o corpo social, o que supõe que sejamos em troca convidados a comer na casa do nosso convidado anterior (Woortmann, K., p. 4, 1986).

Ao descrever o *sistema formiguinha*, L. apontou sobre a possibilidade de acessar a casa do vizinho para complementar o “pacote” de alimentos levados pelos filhos, o que possibilita refletir sobre o que Woortmann (1986) sublinha ao mencionar o cultivo das relações sociais através dos alimentos. Nessa dinâmica, os laços da família são continuamente tecidos: durante as visitas os filhos que moram na cidade retornam para suas casas abastecidos com alimentos de qualidade proporcionados pelos cultivos dos pais na roça. Esse circuito não é restrito aos de dentro (a família da casa), mas também se estende aos de fora (vizinhos e parentes), permitindo a troca entre convidados chamados a se “abastecer” em outras casas da vizinhança. Dessa forma, a reprodução das relações sociais se perpetuava. Outro aspecto que gostaria de chamar a atenção para a fala de L. é o fato de que os filhos saiam bem abastecidos para a cidade. No entanto, a partir do deslocamento compulsório, houve a ruptura dessa dinâmica, já que os pais hoje se encontram na cidade e impossibilitados de exercerem as mesmas estratégias de vida no território de Paracatu de Baixo. Portanto, o *sistema formiguinha* foi comprometido e as despesas da família aumentaram: “*A renda familiar ficou num preço muito, muito alto*”.

A variedade e acesso aos alimentos diminuíram drasticamente devido a alteração da produção e da troca. Isto é, antes as famílias tinham acesso ao alimento a partir de uma economia camponesa fundada nas relações socioambientais e que envolvia a reciprocidade (Sabourin, 2017). Na cidade, o acesso aos alimentos se faz a partir da troca mercantil e individualizada. Os alimentos que antes eram produzidos no quintal da casa apenas são acessados hoje via a mediação do dinheiro e do mercado.

A gente tava aqui [em Paracatu de Baixo] tranquilo, a gente saiu corrido pra lá [Mariana], a gente nem adaptou direito. Eu vivia com salário, que é a pensão do meu marido e eu fazia algum bico. Eu me virava muito bem e lá [em Mariana] não dá. Se for pra mim ficar com salário lá, não dá. Se quiser comer uma folha de couve, tem que comprar. Se não ter o dinheiro, não come. Tudo é comprado. E mesmo a Samarco dando o salário, se a gente não souber controlar, não dá (M. A., mulher atingida de Paracatu de Baixo, Boletim Cartografia Comunitária, 2019).

Menasche (2004) também analisa que ao estarem investidas por valores simbólicos, as escolhas dos alimentos podem indicar o *status* de um indivíduo em uma sociedade. O que podemos observar é um processo de empobrecimento das famílias atingidas pelo desastre minerário em Mariana, a partir da alteração dos hábitos alimentares e do acesso aos alimentos. As mudanças nas relações socioambientais a partir de suas práticas de produção e consumo de

alimentos é resultante da expropriação dessas famílias em decorrência do desastre. Nesse sentido, o deslocamento compulsório para a cidade acarretou rupturas e redefinições quanto aos hábitos alimentares. Observa-se a passagem da fartura de alimentos no território de origem para a restrição de alimentos na cidade. A partir dos relatos dos atingidos, percebe-se o empobrecimento da dieta familiar com a diminuição da quantidade, qualidade e variedade de alimentos. Além das rupturas das relações sociais em torno do *plantar, colher e comer* (Brandão, 1981).

Reassentamento: a promessa frustrada do retorno aos modos de vida

O desastre minerário em Mariana ocasionou uma sequência de rupturas na vida das famílias atingidas, como o distanciamento dos modos de vida territorializados. Nesse sentido, “o modo de vida urbano em que foram submetidos, não comporta a cultura de utilização da terra para sustento [...], causando assim uma perda cultural de grande impacto para as comunidades atingidas” (Cáritas, 2024).

Conforme apresentado durante este trabalho, a organização social dos moradores de Paracatu de Baixo possibilitava o acesso, variedade, qualidade e quantidade de alimentos no território. As dinâmicas da agricultura familiar perpassavam por *sistemas socioeconômicos mistos* (Sabourin, 2017), o que possibilitava o acesso, autonomia na produção, distribuição e variedade de alimentos. Com isso, o sistema agrícola tradicional da comunidade estava firmado sobre uma base física específica, onde desenvolviam relações com os recursos da natureza. Para isso, os terrenos eram compostos de espaços diversificados e interligados, como os lares, benfeitorias como hortas, pomares, galinheiros, paiol, “coberta de lenha”, entre outros. Dessa forma, os núcleos familiares organizavam a sua produção e praticamente todas as famílias mantinham plantação caseira (frutas, verduras e legumes) nos quintais e, alguns, cultivavam porções de roça e se dedicavam à criação de animais.

Devido ao desastre que solapou o modo de vida singular que foi constituído no território de Paracatu de Baixo, uma das reivindicações das famílias atingidas é a possibilidade de restabelece-lo no território que estão sendo realocados. É importante mencionar que em meio às obras ainda em curso no terreno destinado à reconstrução da comunidade, o que indica a morosidade na concretização do reassentamento, algumas famílias de Paracatu de Baixo estão

residindo nas casas destinadas à sua realocação. Nesse contexto, a expectativa de retornar à autonomia por meio da mudança para sua casa no reassentamento é totalmente frustrada na medida em que as famílias continuam a depender do tempo orquestrado pela Fundação Renova⁸ (Oliveira e Lima, 2022). Essa situação é desencadeada pela não restituição dos modos de vida da comunidade ao longo da concretude do reassentamento.

O terreno destinado à realocação das famílias não oferece a disposição de água bruta, nem mesmo qualidade do solo e espaço para a criação de animais e cultivos, além das benfeitorias terem sido reduzidas a espaços mínimos que impedem o restabelecimento das atividades produtivas. Essa configuração é bastante distinta do território de origem, onde todas as famílias possuíam quintais e pomares provedores de alimentos e água bruta em abundância de quantidade, qualidade e variedade.

Desde o início das tratativas relacionadas ao reassentamento, os atingidos de Paracatu de Baixo mostravam-se preocupados com a segurança hídrica no terreno para onde serão realocados (Oliveira et al, 2020; Lima, 2022). Dessa forma, a falta da disponibilidade de água bruta no reassentamento causa incerteza e ameaça a retomada dos modos de vida. Cabe ressaltar que os cultivos e as criações predominavam na antiga Paracatu de Baixo e eram providos com o trabalho familiar para a garantia do “*fundo de manutenção*” (Wolf, 1970). Através de estratégias de comercialização e redes de trocas, eram garantidos os recursos necessários para suprir outras demandas da família. Portanto, a insegurança quanto à disponibilidade de água bruta poderá perpetuar o cenário de insegurança alimentar.

Em seu trabalho a respeito do processo de migração forçada de moradores da beira do Rio São Francisco devido à implementação do projeto da barragem de Itaparica, Scott (2009) examina a situação dos atingidos nas planejadas Agrovilas. As agrovilas foram construídas nas caatingas secas pautadas em promessas de transformações tecnológicas para se tornarem terras de abundância. O processo de empobrecimento foi inevitável. O circuito casa-quintal e as redes de trocas com a vizinhança para a garantia da despesa do núcleo familiar foram rompidos. “*A relativa falta de fruteiras e de produtos de plantio para consumo doméstico e para trocas e*

⁸ Fundação criada no âmbito do TTAC (Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta) para gerir a reparação dos danos e perdas provocados pelo rompimento da barragem de Fundão.

distribuição entre amigos e visitas é uma das confirmações mais claras do processo de empobrecimento” (Scott, 2009, p. 149). No caso do reassentamento de Paracatu de Baixo.

Tendo em vista a importância dos quintais nos modos de vida e na reprodução social das comunidades atingidas, foi acordado e homologado no contexto das diretrizes de reassentamento que “o projeto das benfeitorias deverá ser elaborado em conjunto com o projeto da edificação principal (moradia) e dos planos de retomada de atividades econômicas, respeitando sempre a participação e as escolhas dos núcleos familiares” (Cáritas, p. 32, s. d.). No entanto, os projetos das casas foram elaborados sem as benfeitorias mencionadas. Com efeito, os espaços destinados às benfeitorias que compõem os quintais são inferiores aos terrenos de origem, não comportando todas as espécies vegetais e as instalações para a criação de animais que foram declaradas no Cadastro (CABF e Cáritas, 2022).

Na reunião do Grupo de Base (GB), ocorrida no formato virtual, em março de 2022, o tema da retomada das atividades produtivas nos reassentamentos foi discutido entre os atingidos e sua assessoria técnica. Na ocasião, foi exposto aos atingidos que a Fundação Renova está implementando o Plano Estratégico de Retomada Produtiva e Econômica (PERPE) nos reassentamentos, com o objetivo de implementar as benfeitorias. É importante ressaltar que o plano foi construído de forma unilateral, ou seja, sem a construção conjunta com as pessoas atingidas. No entanto, os espaços destinados à implantação das benfeitorias são inferiores aos de direito das famílias, segundo os dados apresentados pela Comissão de Atingidos e ATI Cáritas, em março de 2022:

A Fundação Renova não considera no projeto de benfeitorias todas as espécies vegetais declaradas no cadastro [...]. Além disso, não consideram algumas benfeitorias de criação animal [...], comprometendo a segurança alimentar e a fonte de renda das famílias que vendiam os produtos derivados dos cultivos que havia na origem ou que utilizavam em sua nutrição (p. 47).

A violação dos direitos de restituição se concretiza também na ausência de autonomia das famílias em decidirem quais espécies desejam que sejam plantadas nas suas próprias casas. Durante a mencionada reunião de GB, os assessores da Cáritas sinalizaram que as famílias têm recebido da Fundação Renova propostas de pequenos canteiros de alvenaria para a horta em áreas gramadas e pomares limitados e com a proposta de plantio das mesmas espécies frutíferas para todos os núcleos. Com efeito, fica comprometida a dieta alimentar diversificada e saudável

das famílias, além das redes de saberes, trabalho, trocas e reciprocidade mediada pelos alimentos.

As ameaças quanto à restituição da vida no reassentamento estão presentes em cada detalhe correspondente ao conjunto de práticas socioculturais constitutivas da comunidade, a exemplo do tradicional fogão à lenha. Na antiga Paracatu de Baixo, a utilização do fogão à lenha era bastante comum. É no fogão à lenha que se prepara as refeições do dia-a-dia, aquece a água para o banho quente e esquenta o ambiente em dias frios. Além do valor sociocultural e a possibilidade do sabor diferenciado dos alimentos, a presença do fogão à lenha também diminui os gastos devido à facilidade de obter a lenha de forma gratuita, pois a comunidade era cercada pela vegetação da mata atlântica, o que possibilitava a colheita de lenha nos arredores das casas.

Os fogões à lenha eram construídos de forma artesanal, de alvenaria, e geralmente com o labor e o saber de membros das famílias ou por vizinhos do entorno. Entretanto, no processo de reparação mediado pela Fundação Renova, a alternativa ventilada foi a instalação de fogões à lenha pré-fabricados como único meio de obter este item que é essencial no modo de vida rural. Na zona rural de Mariana, o fogão à lenha pré-fabricado instalado na casa das famílias “*parece bonito, mas não funciona*”, pois este modelo não suporta o modo de uso das famílias atingidas (Barros et al, 2022).

Desse modo, o comprometimento da segurança alimentar do grupo em decorrência aos problemas relacionados à indisponibilidade de água bruta e as implicações em torno das atividades produtivas, se constituem na promessa frustrada do retorno aos modos de vida por via do reassentamento. Além disso, a imposição de um modelo de fogão à lenha interfere diretamente no modo de preparo dos alimentos e ignora a identidade cultural da comunidade, além de comprometer a economia das famílias.

Considerações Finais

Ao longo do artigo foram apresentadas algumas reflexões acerca das transformações da alimentação dos moradores de Paracatu de Baixo em decorrência do deslocamento compulsório provocado pelo rompimento da barragem de Fundão e as implicações no que tange a segurança alimentar das famílias frente às incertezas quanto a vida no “*novo Paracatu*”.

A agricultura familiar desenvolvida no antigo território estava alicerçada na organização social do grupo e se constituía com *sistema socioeconômico misto* (Sabourin, 2017), o que possibilitava o acesso, autonomia na produção e distribuição, além da variedade de alimentos. Desde o rompimento da barragem de Fundão, as práticas que conformavam o modo de vida e a rotina dessas famílias foram completamente alteradas. As panelas fartas de uma alimentação saudável produzida nos quintais das casas não fazem parte do cotidiano dessas pessoas (Jornal A Sirene, 2021). “*Na roça, tudo era bem mais saudável*” (ibidem, 2021), simplifica a preocupação quanto a ausência de uma alimentação variada, rica em nutrientes e livre de agrotóxicos. A alimentação foi condicionada a recursos monetários, o que limita o acesso e a variedade, e a insegurança quanto à procedência dos alimentos passou a existir juntamente com rupturas nas relações sociais mediadas pela alimentação.

O reassentamento era visto como a possibilidade do retorno dos modos de vida e, conseqüentemente, da retomada da autonomia em produzir o alimento de forma mais sadia. Conforme salienta Woortmann (1986): “Hábitos alimentares dependem, por certo, das possibilidades e condições de acesso a alimentos, o que deriva, em boa medida, da posição ocupada no processo de produção”. Nesse sentido, a projetada ausência das bases necessárias para a reprodução social da comunidade no reassentamento compromete a dieta alimentar diversificada e saudável das famílias, além das redes de saberes, trabalho, trocas e reciprocidade mediada pelos alimentos.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Preto, Terras de Santo e Terras de Índio**. Uso Comum e Conflito. Revista do NEA. UFPA, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BARROS, E.; OLIVEIRA, B.; ANDRADE, G. **Parece bonito, mas não funciona: Ao impor fogo a lenha pré-moldado, Renova desprezta modos de vida e viola direitos das famílias atingidas de Mariana**. Artigo - Mariana (MG) | Brasil de Fato MG | 26 de Abril de 2022.

CÁRITAS, Boletim Informativo | Edição 06 | Março de 2024. Assessoria Técnica Independente - Mariana/MG.

CÁRITAS. DIRETRIZES DE REPARAÇÃO DO DIREITO À MORADIA E outros acordos judiciais da Ação Civil Pública nº 0400.15.004335-6, s. d.

CABF e CÁRITAS. **Considerações para a continuidade da reparação em Mariana/MG**. Relatório. Mariana, março de 2022.

DAYRELL, Carlos et al. **Autodemarkação e gestão do território tradicional dos vazanteiros de Pau Preto-MG**. In: EMBRAPA. Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil. Brasília: DF 2019. P. 154-166.

DAWSON, C. **Practical Research Methods A user-friendly guide to mastering research techniques and projects**. 2002.

Jornal A Sirene. **Na roça, tudo era bem mais saudável**. Ano 6 - Edição no 61 - Maio de 2021.

Jornal A Sirene. **Saberes que continuam: O pastel de Dona Laura** . Disponível em: https://youtu.be/01IaABCsz_U?si=b7qVGBFFfBoaiDQD . Acessado em 10/11/2024.

LIMA, M., M. **“Aqui não é o nosso lugar”: Efeitos socioambientais, a vida provisória e o processo de (re)construção de Paracatu de Baixo, Mariana/MG**. Monografia apresentada ao curso de Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Socioambientais, 2018.

LIMA, M. M. **A reconstrução da vida interrompida pelo desastre do rio Doce: o processo de reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo, Mariana/MG**. Dissertação de

Mestrado defendida no Mestrado Associado UNIMONTES-UFMG Sociedade, Ambiente e Território, 2022.

MENASCHE, Renata. **Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não?** Campos 2004; 5(1): 93-110.

OLIVER-SMITH, Anthony – *What is a disaster? Anthropological Perspectives on a Persistent Question*. In: A. Oliver-Smith and S. Hoffman (eds) *The Angry Earth. Disaster in Anthropological Perspective*. Routledge, 1999.

OLIVEIRA, R., ZHOURI, A., LOPO, R., LIMA, M. **Normas técnicas, cálculos (in)críveis e a incerteza irredutível: equivalências e suficiências contestadas na reparação de um desastre**. Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração / organização Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Raquel Maria Rigotto. - 1. ed. - Rio de Janeiro : 7Letras, 2020.

OLIVEIRA, R., LIMA, M., M. **A Política do Tempo no desastre: disputas pela reparação no reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v.24, e202201pt, 2022.

SABOURIN, Eric. **Produção Camponesa e seguridade alimentar no Brasil: uma análise pela teoria da reciprocidade**. Revista Latino-americana de Estudios Rurales II (3), 2017.

SCOTT, P. **Negociações e Resistências Persistentes: Agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Editora Universitária UFPE, Recife, p. 137-154, 2009.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970: 13-34.

WOORTMANN, K. **A comida, a família e a construção do gênero feminino**. Dados 1986; 29 (1): 103-30.

VALENCIO, Norma. **Vivência de um Desastre: uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens**. Org. VALENCIO, N. et al *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos, RiMA Editora, 2009.